

DIALÓGOS GEOGRÁFICOS COM OS ACOLHIDOS DA CASA SANTA GEMMA GALGANI – UBELÂNDIA/MG

Caroline Cantú

Gláucia Carvalho Gomes

Resumo

Esse artigo tem como objetivo compreender em que medida conteúdos geográficos podem contribuir e receber contribuição em relação aos moradores de rua. Para isso, foi estabelecido um diálogo, de mão dupla, entre a geografia e as experiências das pessoas acolhidas pelo Instituto Casa Santa Gemma Galgani, localizada em Uberlândia/MG. Conclui-se que os acolhidos contêm conhecimentos acerca de vários temas geográficos, derivados de movimentos migratórios e serviços realizados. Por outro lado, o morador de rua tem uma relação estreita com a cidade, pois vive essencialmente dela. Dessa maneira, pode contribuir de diversas formas com assuntos urbanísticos e sociais.

Palavras-chave: Diálogo geográfico; Morador de rua; segregação socioespacial; cidade do morador de rua.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo estabelecer um diálogo com pessoas acolhidas pelo Instituto Casa Santa Gemma Galgani, em Uberlândia/MG, a fim de compreender em que medida temas e conteúdos geográficos podem ou não contribuir, e receber contribuição em relação a realidade cotidiana dessas pessoas.

Nos interessa estabelecer um diálogo, de mão dupla, entre a geografia e as experiências das pessoas acolhidas pelo Instituto, tratando temas geográficos da perspectiva acadêmica/teórica, levando o acolhido a refletir sobre sua vivência nas ruas. Ao mesmo tempo em que o contato com esta experiência nos leve a refletir sobre a geografia que fazemos. O intuito dessa perspectiva é escutar de suas histórias, observar de que maneira os moradores de rua em Uberlândia interagem com o espaço urbano através das possibilidades sociais e econômicas que são oferecidas. O que se espera é poder identificar e compreender quais são os conteúdos geográficos que

perpassam o dia a dia desses sujeitos em seu cotidiano vulnerável, verificando se tal condição lhes embota ou aguça sua percepção quanto a fenômenos geográficos, tais como a segregação das cidades que os afeta tão intensamente. E, dessa maneira, perceber como este grupo se vê e se localiza nesta sociedade e espaço desiguais.

Simultaneamente, também nos interessa identificar se, e como, o conhecimento geográfico pode afetar esses sujeitos. Assumimos, a partir de Paulo Freire (1968), que por meio da educação ocorre a emergência das consciências e, conseqüentemente, a criticidade e maior compreensão da realidade em que se está inserido. Entretanto, entendemos como relevante identificar se mesmo com um grupo inscrito em tamanha vulnerabilidade tal condição se materializa e, se materializa, por quais meios, uma vez que o processo educacional aparece secundarizado diante da necessidade de manter-se vivo, realizando dia a dia sua existência. Desta maneira, a geografia pode vir a ser importante para uma discussão acerca da realidade, contribuindo para a reflexão do morador de rua¹ sobre o morador de rua a criticidade e posicionamento necessários diante do seu cotidiano, buscando identificar, fundamentalmente, o que os coloca neste lugar e nessa condição. Para, dessa maneira, tal como apontou Paulo Freire, assumir a responsabilidade do ensino como constante tentativa de mudança (FREIRE, 1967).

Para que possamos alcançar o objetivo proposto, é importante identificar o interesse das pessoas acolhidas na Casa Santa Gemma sobre a troca de experiências relacionadas aos temas geográficos (aderência que foi verificada no percurso da construção deste artigo), considerando as dificuldades cotidianas que enfrentam para garantir a própria sobrevivência. De antemão, destacamos que não descartamos a possibilidade da falta de espaço, entusiasmo ou tempo para o diálogo de ensino-aprendizagem proposto. Em certo sentido, buscamos compreender se em qualquer tempo e lugar os processos educacionais emancipatórios tem o efeito de mudar pessoas e suas trajetórias. E foi neste contexto que os elementos de pesquisas que estruturam esse texto se materializaram.

¹ Usaremos aqui o termo “morador de rua”, pois acreditamos que entre os termos empregados para classificar as pessoas sem moradias, seja o mais adequado. Uma vez que o termo “mendigo” é utilizado de forma pejorativa e o termo “pessoa em situação de rua” nos passa a ideia de algo transitório e com menor importância do que de fato carrega.

De fato, buscou-se avançar em relação à condição tradicionalmente utilizada de colocar o lugar de pessoas acolhidas (Casa Gemma), suas trajetórias, inclusive geográficas, de “objeto de pesquisa” para se alcançar o lugar em que possam efetivamente se tornar, ou se reconstituírem, em sujeitos desta pesquisa e, a partir desta percepção/compreensão, verificar se tal consciência de sua realidade colabora para seu viver social. Quiçá, de suas histórias e geografias, recompondo, recuperando ou reiniciando uma determinada condição que não seja o de inscrito em profunda vulnerabilidade. O que se almejava era, de forma esperançosa e, até mesmo utópica nesse primeiro trabalho, contribuir minimamente para a reflexão sobre a temática – moradores de rua – no âmbito da Geografia, por meio dessa pesquisa com um grupo de moradores de rua em Uberlândia.

Assim, as questões que fundamentaram o trabalho apresentado integram a concepção acerca da relação entre o ensino-aprendizado geográfico, a partir da temática morador de rua. De onde derivaram algumas questões: como a Geografia percebe o morador de rua na sociedade atual? Como o sujeito morador de rua se percebe a partir de onde está inserido? Ele se vê como causa de sua vulnerabilidade? Se reconhecem como efeitos de outros processos socioespaciais? Ou isso não aparece como questão para ele? Como o ensino da Geografia pode colaborar para dar mais visibilidade à essa realidade geográfica e, assim, atuar para seu enfrentamento? Como as narrativas, as vivências e as histórias do morador de rua podem contribuir com o conteúdo geográfico que aprendemos na universidade e ensinamos como profissionais da educação? Muitas das questões que compuseram essa temática não foram respondidas, se constituindo como uma agenda de pesquisa futura. Todavia, entendemos que é importante mantê-las porque foram elas que formaram a compreensão de um objeto de pesquisa que, se não alcançado ou totalmente alcançado neste momento, permanece como algo a melhor se conhecer e compreender em momentos futuros.

A condição das pessoas moradoras de rua vem sendo estudada em diversas pesquisas científicas (MENDONÇA, 2006; FRANGELLA, 2010; GRANGEIRO et al., 2012; GEHL, 2013; CARAVACA- MORERA e PADILHA, 2015; POLLEGRINI et al., 2016; SARMENTO, 2020). O que, certamente, indica como este tema se constitui em objeto de e reflexão dentro das universidades.

Entretanto, outro ponto que nos alerta é o fato dessas pesquisas serem disseminadas, sobretudo, no meio acadêmico e, não raro, as pessoas que foram estudadas e contribuíram para o resultado da pesquisa, em muitos casos, não terem acesso as informações teorizadas pelo pesquisador.

De acordo com Lacoste (1988), é preciso encontrar um meio para que esses homens e mulheres reais, que foram estudados como objetos de conhecimento, disponham, também, do saber adquirido, a fim que possam utilizá-lo estrategicamente para melhor se organizarem. Por sua vez, Freire (1968), afirma que a desumanização é resultado de uma ordem injusta que gera a violência, negação, exploração e opressão e que esse ser desumanizado, cedo ou tarde, luta contra quem o fez menos, em busca de recuperar ou recriar sua humanidade. Dessa forma, integrou nosso objetivo socializar, discutir e refletir com o grupo estudado os resultados do que estudamos e da compreensão que alcançamos nesta pesquisa, possibilitando a utilização desse conhecimento para melhor se organizarem.

Como já exposto, o lugar e sujeitos de nossa pesquisa são as pessoas acolhidas pela Casa Santa Gemma que, em geral, são homens que já tiveram ou têm vivências como moradores de rua. Foi este o grupo específico com o qual trabalhamos.

Pessoalmente, me senti motivada pelo tema de maneira ideológica, posto que a questão como a desigualdade socioespacial, impõe limites ou negação a direitos básicos essenciais, como moradia; saúde; educação e alimentação de qualidade e, ainda, à relacionamentos sociais e espaciais que reduzem as possibilidades do viver urbano me interessa muito de perto. Por outro lado, também compreendemos que se trata de temática que pode efetivamente contribuir com elementos para a análise qualitativa das características do grupo escolhido, assim como de cada indivíduo. O que, no limite, pode também contribuir com a Geografia Humana e, como a aprendemos.

2. Metodologia

A metodologia que foi adotada nessa pesquisa fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa-ação. Segundo Thiollent (2018), um dos principais objetivos dessa proposta metodológica é facilitar a busca de soluções aos problemas reais, dando aos pesquisadores e aos grupos participantes os meios para serem

capazes de responder, com maior eficiência, aos problemas das situações abordadas, sob forma de diretrizes de ações transformadoras. Trata-se, portanto, de reconhecer que, de antemão, o caminho a ser percorrido também precisa ser construído em conjunto com os caminhantes.

De acordo com Sanches e Soares (2017), a escola da pesquisa-ação tem como objetivo unir conhecimento e ação, partindo do pressuposto de que uma transformação da realidade, sendo, portanto, acompanhada pela ideia de “construção de um conhecimento interno à classe social menos favorecida dentro do sistema capitalista” (p. 414). Dessa forma, visa criar ou contribuir para a criação de recursos que ajudem a romper o status definido pelas classes sociais dominantes. Foi esse o ponto de partida metodológico que procuramos trilhar, sendo que sua totalidade só se fará presente ao longo e ao término desta pesquisa.

Também, como procedimento de análise, realizamos pesquisas bibliográfica que se referem às condições de pessoas moradoras de rua, o direito à cidade, estruturas urbanas e capitalistas, características socioeconômicas das cidades, pobreza urbana, à docência em geografia, o papel da educação como transformadora do indivíduo e da sociedade, assim como outros temas pertinentes ao resultado da pesquisa.

Concomitantemente, às investigações teóricas feitas entorno da temática da pesquisa, foram realizadas ações junto às pessoas acolhidas pelo Instituto Casa Santa Gemma Galgani. Para facilitar o entendimento, apontaremos aqui, em forma de tópicos, as ações iniciais simultaneamente no desenvolvimento da pesquisa, ressaltando que outros procedimentos poderão aparecer curso deste trabalho:

1. estudos teóricos acerca do tema da pesquisa, enfatizando a relação da geografia urbana/ econômica com os indivíduos de vulnerabilidade socioeconômica que habitam às ruas;
2. diálogos quinzenais com os acolhidos pela Casa Santa Gemma afim de compreender a realidade e história desses homens que são marginalizados na sociedade atual;
3. identificação dos interesses sobre o saber geográficos desses indivíduos, por meio dos diálogos abertos estabelecidos, estabelecendo temáticas

geográficas que são inteiramente ligadas aos interesses e realidades dos indivíduos investigados;

4. aplicação de metodologias de ensino- aprendizagem de geografia procurando dialogar com as dúvidas sobre as temáticas levantadas, que devem ser estabelecidas em conjunto com os acolhidos pelo Instituto, durante os diálogos, considerando suas curiosidades e interesses.

Isso porque, conforme já afirmado, nossas pesquisas e ações ocorreram concomitantemente, e foram construídas junto aos sujeitos investigados, entendidos como agentes colaborativos e essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A partir desses procedimentos foi possível construir uma elaboração teórica acerca da realidade estudada e seus sujeitos, alcançando, ainda que parcialmente, o objetivo dessa pesquisa. Dessa maneira, este trabalho é composto por três partes, sendo que em cada um se procurou enfatizar um dos objetivos específicos. Primeiro, procurou colocar a questão, de forma crítica, de como a geografia vêm abordando a temática acerca dos moradores de rua, analisando as possibilidades e contribuições geográficas em relação a temática estudada, especialmente, contextualizando o processo de urbanização e fenômenos socioespaciais que resultaram na segregação social, espacial e econômica do morador de rua no Brasil.

Em seguida, explorou o potencial contributivo da prática do ensino de conteúdos da geografia às pessoas acolhidas. Neste sentido, destacamos que nossa compreensão é que, de nada adianta proporcionar cursos para lhes ensinar o que eles são: é preciso que sejam construídos conhecimentos que lhes proporcionem interesses e respostas que ainda não são nítidas a este grupo. O que, por sua vez, só pode alcançado se construído conjuntamente. Neste contexto, trazemos relatos de experiência, decorrente do desenvolvimento e aplicação dos procedimentos de ensino-aprendizagem que foram levados a Casa Santa Gemma, a fim de compartilhar saberes geográficos, definidos com o público-alvo da pesquisa, que sejam relevantes e práticos aos acolhidos. Assim, nos permitindo identificar outra dimensão do papel da educação como libertadora.

E por último, procurou-se compreender, com o apoio das pessoas acolhidas pela Casa Santa Gemma Galgani, de que forma os saberes cotidianos desses

indivíduos podem contribuir para reelaborar a criticidade geográfica em nossa prática como profissionais da educação.

3. Parte I: Contextualizando a segregação socioespacial

A cidade, como conhecemos hoje, é uma construção histórica, não existindo por qualquer condição natural do ser humano, mas sim como resultado de um processo social, a urbanização (SPOSITO, 1988; BENEVOLO, 2019). Antes das cidades, os seres humanos se organizaram em grupos nômades, pois dependiam de colheitas sazonais e da caça para sua sobrevivência.

Segundo Maria Encarnação Spósito, o chamado homem paleolítico, mesmo sem se fixar, tinha uma relação com o lugar, pois encontravam nas cavernas o significado de segurança, onde praticavam seus rituais e artes. Essa relação se estreitou no período seguinte, mesolítico, quando ocorreu a revolução agrícola, ou seja, melhor domínio de suprimento alimentícios através da domesticação de animais e da prática de produção vegetal, o que possibilitou a fixação do homem em aldeias. Entretanto, essas aldeias eram apenas aglomerados agrícolas, pois faltava-lhes uma organização social mais complexa, que veio surgir posteriormente nas cidades (SPOSITO, 1988).

Mesmo possuindo várias características que depois iriam marcar a cidade, as aldeias não podem ser consideradas os primeiros centros urbanos. Isso porque, como destaca a autora, a cidade exigia uma organização social que só é possível com a divisão do trabalho, e esta só foi possível, para além do gênero e idade, graças ao excedente alimentar produzido nas aldeias, pois assim alguns passaram a se dedicar a outras atividades que não fossem agrícolas.

Uma teoria aceita pelos historiadores e exposto por Sposito em seu livro “Capitalismo e Urbanização” (1988), é que o personagem do caçador, que perdeu sua função diante da aldeia, passou à executar a função de protetor deste território e núcleo social, se destacando dos aldeões e se tornando uma figura importante, posteriormente passando a governar esses grupos. Neste contexto, o ex-caçador tornou-se chefe político e, ainda segundo essa teoria, viria a se tornar rei.

A instituição da realeza foi “o mais importante agente na mudança de uma descentralizada economia de aldeia para uma economia urbana altamente organizada”, de acordo com (MUMFORD apud SPOSITO, p. 17. 1988). Além disso, o rei foi a figura que foi colocado no centro, atraindo os demais para a cidade, exercendo o controle sob eles, pois a cidade não é por excelência um lugar de produção, mas sim de dominação. Ou seja, a origem da cidade não está explicada essencialmente pelo econômico, mas sim pelo social e pelo político.

Como bem destacou Spósito (1988) em diálogo com Mumford, não é fácil precisar o momento da origem das cidades. Muitos pesquisadores, porém, defendem que o aparecimento das primeiras cidades teria sido na Mesopotâmia, perto de 3500 a.C., seguido do Vale do Rio Nilo, 3100 a.C.

Aristóteles (350 a. C.), afirmava que “o homem é por natureza um animal político”, com isso quer dizer que o homem é um animal cuja natureza o leva a viver em sociedade, numa polis.

Henri Lefebvre (1991), ao estudar o espaço e produção do espaço indicou que a industrialização forneceu o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. Conforme destacou Sposito (1988) a indústria pode ser entendida como:

... no seu sentido mais amplo, o conjunto de atividades humanas que têm por objeto a produção de mercadorias através da transformação dos produtos da natureza. Portanto, a própria produção artesanal doméstica, a corporativa e a manufatureira representam formas de produção industrial, ou seja, o primeiro passo no sentido de transformar a cidade efetivamente num espaço de produção (SPOSITO, 1988, p. 42).

Também segundo a autora e Henri Lefebvre (1991), embora o significado de indústria esteja estreitamente relacionado a transformação de produtos da natureza, a industrialização é um processo mais amplo que se caracteriza, pelo domínio da atividade industrial sob as outras atividades econômicas. Tal processo está relacionado ao urbano, pois são nas cidades onde se concentram capital e força de trabalho necessários as atividades industriais.

De acordo com Lefebvre (1991, p. 17), “temos a nossa frente um duplo processo, ou se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social”. O autor ainda destaca que os dois aspectos desses processos são inseparáveis. É também em diálogo com o autor que consideramos que se deve considerar que a

Revolução Industrial não se deu pela descoberta das máquinas, mas sim a descoberta das máquinas se deu pela necessidade de produzir. A predominância do trabalho assalariado e o desenvolvimento capitalista através do aspecto de acumulação e produção de capital possibilita, e até mesmo necessita, da produção em séries.

3.1. A cidade-problema (problemas urbanos)

Os chamados problemas urbanos não são decorrentes propriamente da cidade, como também não são só resultado da rápida expansão industrial e sua consequente densidade demográfica no espaço urbano de maneira rápida e sem planejamento. Essencialmente, em sua ampla maioria, estes resultam ou são acentuados pelo modo de desenvolvimento do sistema capitalista e da propriedade privada, que se sustenta na produção social da riqueza, cuja acumulação é privada. O que leva, em essência, à desigualdade socioeconômica.

A industrialização foi fenômeno indutor que, trouxe ainda mais pessoas para as cidades e “provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades” (SPOSITO, 1988, p. 50). De fato, “a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (LEFEBVRE, 1991, p. 17).

Está transformação da cidade vindo da industrialização trouxe consequências como o chamado por Sposito (1988) de “especialização funcional”, que reforça a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a divisão territorial do trabalho. Neste contexto, surgiram os bairros das classes de alta renda e daqueles mais vulneráveis economicamente, além das unidades industriais. O desenvolvimento capitalista, sustentando na reprodução ampliada da riqueza a partir da atividade industrial concentradora provocou diversos problemas urbanos, fato que intensificou ainda mais separação espacial das classes sociais dentro da cidade. À medida que a indústria e a cidade se reproduziam, reproduzia-se e se ampliava também sua estratificação e divisão social e territorial do trabalho.

De fato, a segregação social passou a ser nitidamente manifestada nas formas espaciais da cidade. Inclusive, para o que aqui no interessa de perto, na falta de moradias. Esposito (1988) afirma que o acesso a moradias não depende da falta de tempo para construção de casas, mas sim de se poder pagar por uma moradia decente. Ou seja, o acesso à moradia está subordinado ao nível salarial do indivíduo. O que, numa sociedade que se sustenta na e pela precarização do trabalho e no desemprego estrutural como mecanismos de controle do trabalhador, a consequência não poderia ser outra que não a de milhões de pessoas sem casa ou habitando miseravelmente.

3.2. O morador de rua para a Geografia

É certo que existe uma barreira invisível e excludente que delimita os estudos urbanos, afastando, frequentemente, o morador de rua da visão dos geógrafos pesquisadores. Fato que surpreende, uma vez que a Geografia é uma ciência que tem entre seus objetos as contradições urbanas. Ao buscar pelos termos “morador(es) de rua” ou “pessoa em situação de rua” em sites de algumas das revistas geográficas populares no Brasil, como: Acta Geográfica, Ambientes, Ateliê Geográfico, Boletim Campineiro de Geografia, Boletim Goiano de Geografia, Caderno de Geografia e Caderno Prudentino de Geografia, não encontramos nenhum resultado. O número de artigos publicados sobre a temática moradores de rua nos sites de algumas das principais revistas geográficas brasileiras é igual a zero. Poucos geógrafos e geógrafas abordam a temática moradores de rua em suas pesquisas, nos últimos 5 anos.

Carmo (2020) ressalta a importância de despertarmos o olhar geográfico para essa dinâmica urbana, que poucos tem interesse de pesquisar, para assim protagonizar essas pessoas. Palombini (2014), por sua vez, trouxe com excelência a relação dos moradores de rua com o espaço urbano e como essa relação limita a utilização do espaço pelo outro (que não seja morador de rua). Para ele, os moradores de rua “são sujeitos geográficos por excelência” (p. 48), pois vivem nas ruas das cidades, existindo no espaço, de forma itinerante, modificando e moldando o espaço urbano de forma única em locais comuns.

Ainda de acordo com o autor, os moradores de rua quebram o conceito máximo que para “participar da sociedade é preciso produzir e também, principalmente, consumir” (p. 48), pois a pessoa ao habitar as ruas deixa de trabalhar formalmente, de produzir e de ser um potencial consumidor, para estabelecer novas relações com o espaço e sociedade, baseadas na mobilidade permanente, no uso temporalizado do espaço urbano segundo suas características contingenciais e na formação de núcleos familiares alternativos formado por seus companheiros de vivência na rua. Embora consideremos relevantes e, sob determinada perspectiva as reflexões do autor, ressaltamos que, a nosso ver, essa ruptura não é total. Isso porque, ainda que trabalhando de maneira informal, nos chamados “bicos”, o morador de rua está inserido no circuito de produção de riqueza, ainda que de forma extremamente explorada. Ainda, no exercício de seu viver cotidiano, mesmo sujeito às mais diversas formas de discriminação e rejeição, este sujeito, ainda que de maneira precária, realiza também o consumo. Contudo, entendemos o que o autor destaca, que é que ele, morador de rua, deixa de ser visto como “produtor/consumidor potencial” da riqueza e passa a ser visto com alguém descartável ou mesmo já socialmente descartado.

Entretanto, os moradores de rua são pessoas, sujeitos sociais e, como tais, têm noções de espaço distintas, muitas vezes do próprio conceito de território geográfico, pois não exercem relação de posse e poder com o terreno que habitam, tendo majoritariamente um comportamento no qual não estão produzindo ou consumindo riqueza nos termos socialmente legitimados, obedecendo rotinas ou funções delegadas e pré-estabelecidas (PALOMBINI, 2014). Tal condição, certamente, faz com que o morador de rua não estabeleça uma relação comum com o espaço que está inserido, baseando-se nos princípios do domicílio, do núcleo familiar, do trabalho, da produção e da propriedade privada. Contudo, tal fato não permite dizer que eles não estabeleçam relações, mas que ao estabelecerem o faz com a cidade a partir de outras perspectivas.

3.3. A Geografia para o morador de rua

É evidente a falta de trabalhos sobre pessoas que moram nas ruas publicados por geógrafos. Por outro lado, as cidades, percebendo a organização do espaço com atenção às dinâmicas ocupacionais, interessam a nós geógrafos como campo de estudo. De fato, são abundantes trabalhos geográficos sobre as mais variadas

temáticas, que abrangem com riquezas de detalhes diferentes tipos de moradias urbanas, como assentos, casas populares, condomínios fechados, entre outros. Porém, também é notória a lacuna sobre os sujeitos sem moradia, na condição de moradores de rua, ainda que os que não tem moradias também são agentes partes da paisagem urbana, que mantêm relações fundamentais com o espaço geográfico.

A sub-área Geografia Econômica aborda a polarização entre capital e pobreza, onde pessoas desfavorecidas economicamente são marginalizadas² e enquanto nas condições de um morador de rua, quando vistas, se tornam parte da paisagem. De acordo com Carmo (2020), é importante para os geógrafos compreender essa relação que se materializa no espaço urbano, sendo necessário observar o morador de rua como um ser humano como qualquer um de nós. Entretanto, os estudos econômicos da geografia não tendem a dar centralidade à população moradora de rua.

A Geografia Estatística produziu o primeiro senso nacional sobre a população de rua apenas em 2012, com período de realização entre 2007 e 2008 (SILVEIRA, 2012). Tal conjuntura que se deveu a “grande maioria das pesquisas oficiais que, normalmente, partem do domicílio como unidade básica de análise” (FERREIRA, 2006). Dados estatísticos são importantes principalmente para políticas públicas, que para serem bem elaboradas e aplicadas precisam conhecer seu objeto.

O Art. 6, capítulo II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, assegura acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer e à segurança (BRASIL, 1988). No entanto, quanto aos moradores de rua, a realidade aponta para a ausência desta, uma vez que estão inseridos de forma precária e super explorada no sistema capitalista, onde são percebidos como “coisas” que devem ser descartadas.

Em conjunto com Ferreira, compreendemos a Geografia como uma ciência completa, que tem por essência a criticidade. Certamente, estudos geográficos voltados aos moradores de rua contribuiriam significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas para este público, pois: “Para que as ações sociais tanto do setor público como do setor não governamental sejam mais eficientes é cada vez mais necessário um volume maior e mais fidedigno de informações” (FERREIRA, 2006, p. 14).

² O termo “marginalizadas” está sendo empregado no sentido de serem empurradas à margens da sociedade.

4. Parte II: A educação como agente modificador da realidade

Nos parece utópico pensar que apenas a educação tem o poder de mudar a vida do morador de rua. Por isso, nosso objetivo ao desenvolver o trabalho, não foi e não é o de retirar essas pessoas de sua realidade atual, mas sim de compreendê-la e, compreendendo-a, tentar identificar possibilidades de intervenção e, de algum modo, contribuir para que se reelabore a compreensão acerca deles como realidade e suas próprias percepções sob si mesmo e sobre a realidade que estão inseridos. E, a partir de então, pensar em alternativas.

O ensinar geografia para os moradores de rua pode e deve ir além do “entender o espaço geográfico em que vivem”, facilitando a orientação e a busca por recursos. O ensino de geografia pode contribuir para que esses indivíduos compreendam questões relacionadas ao meio ambiente, urbanização e desigualdades sociais, possibilitando uma visão mais crítica e consciente da realidade em que estão inseridos.

4.1. Casa Santa Gemma Galgani em Uberlândia – MG

O presente trabalho foi realizado com pessoas acolhidas no espaço da Organização Não Governamental (ONG) Casa Santa Gemma Galgani, localizada no bairro Aclimação, em Uberlândia, Minas Gerais. Optou-se pela execução do projeto dentro da Casa Gemma Galgani por ser uma casa receptiva as atividades acadêmicas que não descarta o conhecimento científico diante do religioso. Outro ponto, foi a intensão de encontrar um mesmo indivíduo, várias vezes, durante o desenvolvimento do trabalho, pois buscando o morador de rua na cidade, dificilmente encontraríamos mais de uma vez.

A Casa Santa Gemma foi inaugurada em março de 2003, por Ditão e Jack, quando alugaram uma casa para que pudessem abrigar pessoas que moravam nas ruas. Entretanto, mesmo antes da fundação da ONG, em 1997, Ditão já acolhia moradores de rua em sua própria casa, pois segundo ele, este sempre foi um problema urbano que o incomodou. Atualmente, Ditão e Jack ainda estão a frente do projeto, que também conta com outros quatro voluntário fixos, além de outras dezenas de pessoas que se envolvem esporadicamente para auxiliar nos trabalhos.

A ONG não tem pretensões políticas e preza pela independência dos projetos desenvolvidos, sobrevivendo sem financiamentos públicos ou privados. Todo dinheiro arrecadado para mantê-los parte de doações da sociedade civil, grupos de orações e de pequenas empresas. Os abrigados também ajudam como podem, as duas casas e uma escola que hoje servem o projeto foram construídas com o suor dos abrigados. Eles também são responsáveis pela manutenção e limpeza dos locais.

Mesmo seguindo princípios religiosos cristãos com espaço e realização de cultos e rezas, a Casa Santa Gemma não busca converter seus abrigados, pois seus fundadores acreditam que a crença é particular de cada ser humano e não importa à vontade de ajudar quem precisa. O respeito é a regra principal. Os abrigados não devem entrar em discussões e devem manter o local limpo e organizado, além disso, o uso de álcool e drogas é proibido.

A instituição é aberta e acolhedora à academia, inúmeros projetos de extensão são desenvolvidos, principalmente na área da saúde e da psicologia. A casa é receptiva quanto a dinâmicas em grupos e ações que fomentam a autonomia e o protagonismo dos acolhidos.

Atualmente, a Casa Santa Gemma oferece à sociedade três projetos. “Casa de acolhimento dos homens”: este projeto é o fundador do ONG e ainda o projeto principal. O espaço é uma casa, com cinco quartos, três banheiros, uma sala, uma cozinha e uma espaçosa área externa. Comporta 11 homens, maiores de 18 anos. A casa funciona para o atendimento imediato daqueles que necessitam, não servindo como clínica ou comunidade terapêutica. Entretanto, quando necessário faz-se o encaminhamento.

A principal intenção do projeto Casa de Acolhimento dos Homens é impactar na saúde dos indivíduos, pois a vida nas ruas gera inúmeras enfermidades. Após os cuidados com a saúde, se for da vontade do acolhido, os documentos pessoais são providenciados. Os homens que pretendem permanecer na casa por algum tempo devem se estabelecerem em trabalhos. Durante o período que moram na Casa Santa Gemma, os acolhidos têm acesso ao serviço público de saúde e à voluntários da área da saúde e jurídica que atendem semanalmente.

Ao lado da casa dos homens, temos a antiga sede da ONG. O espaço, atualmente, passa por adequações, objetivando o projeto “Casa de Acolhimento das

Mulheres Gestantes”. Para o acolhimento de mulheres gestantes e mães com crianças, que esteja morando nas ruas.

Há uma quadra de distância temos a sede do segundo projeto “Meninada”, que oferece atividades contraturno escolar para crianças e jovens, gratuitamente. Segundo Jack “O objetivo é oferecer mais oportunidades, evitando que nas ruas, o contato com as drogas e a criminalidade sejam opções para a futura geração. Além disso, o intuito do grupo voluntariado também é de promover à sociedade o pensamento de ajuda ao próximo (Entrevista, 2023).

O último projeto, o “Bazar beneficente”, também ocorre na sede Meninada. A Casa A Casa recebe doações de roupas, objetos, brinquedos e diversos outros itens que são colocados no Bazar. O Bazar ocorre quinzenalmente e é divulgado por meio das redes sociais da Casa Santa Gemma. Todo dinheiro arrecadado é investido na ONG.

A Casa Santa Gemma faz um trabalho necessário de forma acolhedora e carinhosa. Os resultados não são ditos em números, pois muitos dos abrigados voltam as ruas (7 em cada 10, de acordo com Jack), entretanto, os fundadores se apegam aos resultados individuais de cada indivíduo e se satisfazem em oferecer as oportunidades.

4.2. Relato de experiência: conversas geográficas com os acolhidos da Casa Santa Gema

As conversas sobre geografia com os acolhidos aconteceram mensalmente, com exceção aos meses de férias (janeiro, fevereiro, julho e dezembro), aos sábados pela manhã, sem uma data fixa. As datas eram definidas junto ao Jack de acordo com o calendário da Casa. Os acolhidos não eram previamente avisados da ata do encontro. Cada encontro durou de 40 a 60 minutos.

Todos os presentes eram convidados a participar das conversas e, geralmente, grande maioria aderiu ao convite. Os que não se envolviam estavam ocupados com outras atividades, como por exemplo o preparo do almoço. A média foi de 7,1 participantes por encontro. Apenas 4 homens estiveram presentes em todos os

encontros e outros 6 participaram mais de uma vez. Ao todo, participaram das conversas 52 homens acolhidos.

Ao todo foram 10 encontros. O primeiro ocorreu em 26 de novembro de 2022 e teve como objetivo apresentar o projeto e a executora aos acolhidos, como também os conhecer. A recepção foi acolhedora, no momento 7 acolhidos estavam na Casa e todos pareciam interessados em participar das conversas, contaram suas histórias, suas origens e como estavam naquele momento. Também, foi possível perceber que todos os participantes haviam frequentado a escola, entretanto apenas 2 haviam concluído do ensino básico.

Todos os outros encontros ocorreram no ano de 2023. Cada encontro tinha um tema predefinido, com o auxílio dos acolhidos, no encontro anterior. A saber (Tabela 1):

Tabela 1: Informações básicas sobre os encontros.

Data	Tema	Nº de presentes
26/11/2022	1º encontro	7
04/03/2023	Extração de rochas e minerais	6
15/04/2023	Desigualdade sociais nos municípios de Minas Gerais	6
13/05/2023	Biomassas brasileiros	8
10/06/2023	Relevo e águas térmicas em Caldas Novas-Go	10
19/08/2023	O mundo globalizado	5
08/09/2023	Política brasileira	8
28/10/2023	O Sistema Solar	5
11/11/2023	Meio ambiente e reciclagem	4
25/11/2023	Encerramento do projeto	12

Autor, 2023.

Como já exposto, todos os temas eram decididos com o grupo, durante as conversas era possível perceber curiosidades surgindo acerca de outros temas, esses eram anotados pela intermediadora, no final do horário, os temas eram lidos e explicados para o grupo. Os acolhidos decidiam qual seria o próximo tema a ser abordado, a partir daí, a intermediadora buscava recolher algumas informações

prévias desses cidadãos a respeito do próximo tema, para que a abordagem na próxima aula fosse facilitada.

Ao chegar, na próxima reunião, eram destacados alguns questionamentos que foram levantados no último encontro. Por exemplo, quando foi conversado sobre Caldas Novas, os questionamentos iniciais foram: “O que deixa a água quente?” “Temos vulcões em Caldas Novas?” “O tipo de rocha interfere no aquecimento da água?”. Os questionamentos, que iniciavam as conversas, vinham seguidos de hipóteses pensadas pelos acolhidos. Essas hipóteses, organicamente, se transformavam em discussões, as quais eram norteadas pela intermediadora, levando-os à “resposta correta”.

Diferente do que esperávamos, os temas geofísicos despertaram a curiosidades dos acolhidos. Percebemos que a relação desses com o espaço físico natural é mais estreito do que imaginávamos. O primeiro tema a ser trabalhado foi a extração de rochas e minerais, pois vários dos acolhidos migraram para Minas Gerais para trabalhar em minas ou pedreiras, e estes sabiam diferenciar os tipos de rochas por meio de suas características e orientavam os usos comerciais das rochas e minerais.

Os acolhidos são, obviamente, pessoas sem moradia fixa, o que possibilita uma vida repleta migrações internas, vivências em culturas e lugares diferentes. Com isso, os conhecimentos adquiridos durante a vida desses sujeitos são diversos, o que facilitou a abordagem dos temas, pois, geralmente, os acolhidos já tinham um conhecimento prévio bem abrangente e sabiam diferenciar desde paisagens diferentes até costumes ou políticas locais.

As vivências dos indivíduos sempre foram muito valorizadas durante as conversas, de acordo com Paulo Freire (1968), é ingenuidade esperar um resultado positivo de um sistema de educação que não respeita a particular visão do mundo que o indivíduo possui.

O trabalho desenvolvido não visa impor nossa visão de mundo sob o indivíduo, com uma prática “bancária”, que Paulo Freire (1968) explica como deposição de conteúdo diante do educado. Mas sim, dialogar com ele sob diversos ângulos da mesma realidade, desafiando-o cada vez mais, fazendo-o refletir sobre seu próprio pensamento.

À medida que os temas foram propostos e desenvolvidos foi possível observar os pensamentos e percepções do indivíduo diante de sua própria realidade e

existência. Podemos afirmar, através de nosso contato, durante o desenvolvimento do trabalho com os indivíduos acolhidos pela Casa Santa Gemma, que o indivíduo nessa situação se percebe como culpado, desprezado, diminuído e intruso.

O indivíduo, mesmo que acolhido, continua se percebendo como morador de rua, muitas vezes entende a ONG como lar temporário que serve para abrigá-lo durante determinada situação, seja para fugir do frio ou para se recuperar de algum ferimento. E é notório, durante as conversas, que a percepção de culpa que o indivíduo carrega o impossibilita de permanecer na casa e buscar uma realidade alternativa. O indivíduo se coloca como causa exclusiva que determina sua ida para rua e acaba encobrindo uma série de problemas acontecidos em sua trajetória individual que ocasionaram a situação de rua, e ao se colocar como único responsável por sua condição, o sujeito se coloca em um lugar de não merecedor “uma chance” e tem a sensação de estar ocupando um lugar que poderia ser mais bem ocupado.

Morar na rua, na verdade, é a ponta de um iceberg, não o começo da exclusão, mas uma das consequências que expressa um processo de precariedade e sucessivas carências ocorridas na trajetória dos indivíduos” (RODRIGUES, 2016, p. 49).

Ainda que exista um ponto que decida a ida para as ruas, geralmente relacionado ao álcool ou drogas, ele não deve ser tomado como única causa. Dos 52 indivíduos que foram acompanhados, 49, isto é 94% relataram problemas familiares como abusos, alcoolismo, espancamento, família desestruturada etc. Segundo Rodrigues (2016, p. 59), “nos casos dos moradores de rua, a droga não é o marco zero da fragilização do vínculo familiar, na maioria das vezes ela é uma consequência desse processo”.

Souza (2019, p. 179) ressalta que “para que se possa odiar o pobre e o humilhado, tem-se que construí-lo como culpado de sua própria (falta de) sorte e ainda o tornar perigoso e ameaçador”. De todos os depoimentos ouvidos durante as conversas destaca-se aqui a fala de um senhor, com 58 anos, que afirma:

Fui parar na rua e vivo assim desde meus 17 anos, mas eu não fico me fazendo de coitado não, porque a culpa foi toda minha. Eu sou alcoólatra e sou muito burro, vi meu pai passar por esse mesmo problema e escolhi isso para minha vida (ACOLHIDO DA CASA SANTA GEMMA, 2023).

Ainda de acordo com Souza (2019), a “ralé de novos escravos” ou os “excluídos sociais” passam por desprezo, humilhação e preconceito covarde desde o berço, são frutos de socializações familiares precárias, o que os levam “a fantasiar sua realidade

insuportável. A fantasia, que assume a forma da fuga pelas drogas e especialmente pelo álcool” (p. 157).

Por outro lado, a classe média acrescenta a noção de meritocracia e o conto do desempenho individual. Ou seja, as assimetrias de capitais, a divisão social dos bens e das riquezas são justificados através do esforço dos indivíduos, logo, a estruturação de classes é justificada pela falta de vontade. Justificando assim, a exclusão através da vontade do próprio excluído (SOUZA, 2003; RODRIGUES, 2016.).

Os indivíduos com que conversamos não se percebem como efeitos de processos socioespaciais excludentes, mesmo que conheçam o sistema econômico, social e político, através de suas vivências, não se percebem como parte pertencente ao todo. Um dos acolhidos declara “o governo até que ajuda o pobre, eles dão aquele dinheiro (se referindo ao Bolsa Família) as mães que não têm como oferecer comida aos filhos, mas é que nós não consegue nem ser pobre”. Se esses indivíduos não são “nem pobres” como podemos defini-los?

O ser humano é um ser social, produto deste meio, ou seja, a concepção que temos de nós mesmo é produto de como a sociedade nos vê e não depende de nossa vontade (SOUZA, 2019). Milton Santos (1978) afirma que os miseráveis seriam aqueles que estariam privados de algumas das necessidades vitais “de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida”. Outros autores utilizaram do termo “marginalizados”, porém não concordamos com este termo, uma vez que nos apoiamos a ideia de que esses indivíduos “não são socialmente marginais, e sim rejeitados” (GUNDER, 1966, apud, SANTOS, 1978). E ainda, que os oprimidos não são marginais, “jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*” (FREIRE, 1968, p. 84).

Contudo, é perceptível a dificuldade do morador de rua em se perceber como parte da sociedade, logo é inquestionável (no ponto de vista dele) que os processos socioespaciais urbanos sejam isentos de culpa perante a situação do morador de rua. O indivíduo é considerado como culpado de sua penúria. Nessas circunstâncias, seu sofrimento não causa nenhuma solidariedade e muito menos indignação (RIBEIRO, 1997).

No nosso último encontro, que ocorreu no dia 25 de novembro de 2023, com 12 participantes, procurou-se trabalhar a questão do indivíduo como produto do meio socioespacial em que está inserido, com o objetivo de despertar esses indivíduos em relação ao seu lugar na sociedade. Não com a intenção de transformar o mundo e nem ao menos a vida dessas pessoas, mas de construir com eles, como possibilidade, outra forma de autopercepção que lhe possibilitem inserir-se na cidade afirmando-se como ser social.

5. Parte III: Colaboração à criticidade geografia e a prática educadora.

Paulo Freire nos diz, em seu livro, *Pedagogia da Autonomia*, publicado em 1996, que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (p.23). E ainda mais:

“Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o *formador* é o *sujeito* em relação a quem me considero o *objeto*, que ele é sujeito que *me forma*, e eu, o *objeto* por *ele formado*, me considero um paciente em receber os conhecimentos – conteúdos – acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o *falso sujeito* da “formação” do futuro objeto de meu ato formador” (1996, p. 23).

O processo de ensino-aprendizagem é baseado nas trocas de saberes. Conforme foi discorrido no tópico “4.2. Relato de experiência: conversas geográficas com os acolhidos da Casa Santa Gema”, os acolhidos recebem contribuições dos conteúdos geográficos, principalmente em relação ao se entender como sujeito social. Entretanto, as narrativas, as vivências e as histórias do morador de rua também podem contribuir com o conteúdo geográfico que aprendemos na universidade e ensinamos como profissionais da educação.

O ensino da Geografia, baseia-se sobretudo na relação do ser social com o espaço geográfico. Conforme foi exposto na introdução deste trabalho, os trabalhos geográficos têm excluído o morador de rua como um ser social, uma vez que não vem trabalhando com este indivíduo. É necessário que passemos a observar a relação das pessoas que moram na rua com a cidade.

Certamente, o morador de rua não estabelece relações comuns, baseadas na propriedade, com o espaço, assim como com o trabalho e núcleo familiar. Porém, para o morador de rua, a rua é um elemento primordial de sua existência, pois é ali que

desenvolve suas atividades: comem, dormem, tiram seu sustento, se relacionam etc. Além disso, o morador de rua estabelece uma relação de identidade com o espaço, não de posse, uma vez que tem preferências por determinada área da cidade. Baseia-se na mobilidade e no uso temporário do espaço urbano.

Esses indivíduos vivem “nas e das entranhas de uma cidade estruturalmente excludente e discriminatória, socialmente produzida para quem tem” (PALOMBINI, 2013, p. 47). Entretanto, mesmo que a cidade não seja projetada e/ou pensada para esses indivíduos, estes são sujeitos geográficos urbanos que modificam e moldam o espaço urbano. Isto acontece, por exemplo, quando um grupo de moradores de rua ocupam determinado local “impedindo” a passagem de outras pessoas, que cobertas de preconceitos não se encorajam a passar pelos locais ocupados pelos moradores de ruas.

Os moradores de rua não estão inseridos no trabalho formal, deixam de produzir socialmente e de serem consumidores em potencial (PALOMBINI, 2013), assim passam a ser invisibilizados economicamente. Mesmo que ocupem trabalhos informais que são essenciais a via urbana, como por exemplo, a coleta seletiva do lixo, sobrevivendo do que o espaço lhe provê.

Com tudo, os moradores de rua percebem a cidade através de um ângulo único e estudá-los e escutá-los possibilita com que a geografia inclua esta visão aos saberes geográficos. Concordando com Palombini (2013):

Por mais que a Universidade produza, ela nunca encherá sozinha o fosso que separa seu conhecimento da população que dele mais precisa. O conhecimento puramente acadêmico não é o bastante para preenchê-lo, pois faltará para completá-lo - aproximando as duas realidades - o conhecimento popular desenvolvido em diferentes estratos e conjuntos da sociedade (p. 49).

Dessa maneira, é indispensável que a universidade seja capaz de dialogar com os indivíduos a fim de produzir conhecimentos completos e verdadeiros. O conhecimento que seria, segundo Paulo Freire (1968), capaz de libertar o indivíduo, só poderá ter o efeito de libertador caso seja completo e verdadeiro, ou seja, o conhecimento que libertará o indivíduo só terá efetivo se for produzido e compreendido pelo indivíduo oprimido, que neste, trata-se do morador de rua. Ou ainda “o humanista revolucionário não pode, em nome da revolução, ter nos oprimidos objetos passivos de sua análise” (FREIRE, 1968, p. 180).

Durante as experiências de diálogos na Casa Santa Gemma, foi possível adquirir alguns conhecimentos acerca da cidade de Uberlândia- MG, sob a óptica do morador de rua. Entretanto, para que tenhamos um resultado expressivo faz-se necessário um trabalho complementar que tenha como objetivo captar estes conhecimentos.

6. Considerações Finais

“Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam” (FREIRE, 1996. p. 54).

A cidade é um produto criado pelo homem, como resposta a industrialização e ao urbanismo. Entretanto, a cidade por sua vez, tem criado o homem. Foi supracitado que o ser é produto de como a sociedade o vê, logo, o ser social é produto da cidade. O morador de rua, vem sendo construído como um ser excluído, sujo, doentio e perigoso, imagem que, segundo Rodrigues (2016), é produto de uma construção liberal da colonização dos incômodos causados pela precariedade social. A sociedade insere a gênese do problema no indivíduo que, como consequência, se enxerga como culpado, e ainda mais, merecedor de sua condição.

O sucesso do trabalho exercido aqui não se deu pela expectativa de mudar a vida dos indivíduos acolhidos pela Casa Santa Gemma, educando-os de maneira a moldá-los para que fossem inseridos na sociedade. Mas sim, no fato de compartilhar saberes levando-os a se perceberem como “ser de dentro”, inserido na sociedade. E que suas condições, assim como nas outras camadas sociais, é produto de uma construção que lhe é dado e tem vínculo com as estruturas sociais prepostas ao indivíduo.

O objetivo do trabalho foi concretizado uma vez que foi possível compreender em que os temas e conteúdos geográficos podem contribuir e receber contribuição em relação a realidade cotidiana dos acolhidos pelo Instituto Casa Santa Gemma Galgani, uma vez que estes temas estão presentes na realidade social e econômica (de trabalho) dessas pessoas. A geografia é uma ciência ampla que dialoga com várias esferas cotidianas, e com o morador de rua não é diferente. Percebemos que os acolhidos continuam um conhecimento aprimore, de suas vivências, a cerca de

vários temas geográficos, derivados de movimentos migratórios e serviços feitos por esses indivíduos.

Por outro lado, o morador de rua tem uma relação estreita com a cidade, pois vive essencialmente dela. Dessa maneira, pode contribuir de diversas formas, por meio de sua percepção de mundo, com assuntos urbanísticos e sociais. Além disso, em muitos casos, tira seu sustento da reciclagem, podendo contribuir em debates sobre a poluição urbana.

Sobretudo, a metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa, traçada a partir das relações com os acolhidos da Casa Santa Gemma e dando-os a oportunidade de compartilhar suas histórias, anseios, expectativas e medos, possibilitou-me uma relação de confiança e companheirismo com esses homens, fundamentais para desconstruir os falsos estigmas que cercam a questão. Foi possível percebê-los e contribuir para que se autopercebam.

Referências

ANDRADE, Fabio Santos de. **Crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil: táticas de sobrevivência e ocupação do espaço público urbano**. 1ª ED. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2019. 148 p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 7ª ED. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2019. 864 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20/02/2024.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. **Saúde e debate**, v. 39, n. 106. Rio de Janeiro, 2015. p. 748 – 759. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JZTfNqMSVbjjSHCJD87CrHM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12/11/2022.

CARMO, Elton Paz do. **A rua como espaço de convívio: As dinâmicas socioespaciais das pessoas em situação de rua nos espaços públicos da**

cidade de Santarém Pará. Instituto de Ciências da Educação Programa de Ciências Humanas - Curso de Geografia - UFOPA. 2020. 71 p. Disponível em: <https://jornaltribuna.com.br/wp-content/uploads/2022/02/tcc-Elton-Paz.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **População em Situação de Rua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 16 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/L714_02.pdf. Acesso em: 18/02/2024.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** 1º ED. Rio de Janeiro: Annablume, 2010. 256 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 22/10/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 144 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 82ª ED. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 256 p. (primeira edição: 1968).

GARCIA, Carmem Adriana Monteiro; VIEIRA, Vera Hiroko Okazaki. **Um olhar geográfico sobre a população em situação de rua – Cáceres/MT.** 2016.

GEHL, Jan. **Cidades para as pessoas.** 1ª ED. São Paulo: Perspectiva, 2013. 280 p.

GRANGEIRO, Alexandre; HOLCMAN, Márcia Moreira; ONAGA, Elisabete Tarki; ALENCAR, Duarte Ramos de; PLACCO, Anna Luiza Nunes; TEIZEIRA, Paulo Roberto. Prevalência e vulnerabilidade à infecção pelo HIV de moradores de rua em São Paulo, SP. **Rev Saúde Pública**, v. 46, n. 4. São Paulo, 2012. p. 674- 684. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Kf3wNPvQCwc5RgjsBPSQwjM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12/11/2022.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** FRANÇA, Maria Cecília (tradução). 19ª ED. Campinas: Papyrus, 2012. 239 p. (primeira edição 1988).

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. OLIVEIRA, Cristina (tradução). Itapevi, SP: Nebli, 1991. 155 p.

MENDONÇA, Gabriel Coelho. **Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro**. 2006. 113 p. (Graduação) Pontifícia Universidade Católica – PUC, Campinas, 2006. Disponível em: http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/15862/ccv_ppgpsico_me_Gabriel_CM.pdf?sequence=1. Acesso em: 12/11/2022.

PALOMBINI, Leonardo Lahm. Moradores de rua e suas relações com o espaço urbano. **Mestrado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia: Porto Alegre, RS. 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/49926/31475>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

POLLEGRINI, Ada; ASSAGRA, Gregório; GUSTIN, Miracy; LIMA, Paulo Cesar Vicente de; GRINOVER, Rodrigo Lennaco. **Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de rua**. 2ª ED. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016. 824 p.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3ª ED. São Paulo: Global, 2015. 362 p. (primeira edição 1997).

RODRIGUES, Igor. **A Construção Social do Morador de Rua: Derrubando Mitos**. Curitiba: CVR, 2016. 94 p.

SANCHES, Nanashara D'Ávila; SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. O uso da pesquisa-ação como metodologia para a compreensão e a atuação nos processos de remoção e reassentamento de comunidades vulneráveis. **In: Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. PESSOA, Vera Lucia Salazar; RUCKERT, Aldomar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (org.). 1º ED. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. p. 413- 430. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2018/02/EBOOK_Pesquisa_PRONTO_FINAL-1-2.pdf. Acesso em: 15/11/2022.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3º ED. São Paulo: Edusp, 2013. 134 p. (primeira edição 1978).

SARMENTO, Isabella Viegas Moraes. **Ineficácia Das Políticas Destinadas à População em Situação de Rua**. São Paulo: Lumen Juris, 2020. 156 p.

SILVEIRA, Flávio Eduardo (org.). Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. [s.l.]. **Caderno de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate**, 2012. 5 p. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n104%20-%20PRIMEIRO%20CENSO%20E%20PESQUISA%20NACIONAL%20SOBRE%20A%20POPULACAO%20EM%20SITUACAO%20DE%20RUA.pdf>. Acesso em: 18/02/2024.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMH, 2003. 207 p.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 272 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 16ª ED. São Paulo: Contexto, 2020. 80 p. (primeira publicação 1988).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª ED. São Paulo: Cortez, 2018. 136 p.